
Dossiê: Para além do 25 de Abril: transições políticas e
dinâmicas culturais

<https://doi.org/10.34019/2594-8296.2026.v32.52135>

**A situação colonial, o 25 de Abril e a independência de São Tomé e
Príncipe: revisitar as histórias**

*The Colonial Situation, April 25th, and the Independence of São Tomé and
Príncipe: Revisiting the Histories*

*La Situación Colonial, el 25 de Abril y la Independencia de Santo Tomé y
Príncipe: Una Revisión Histórica*

Augusto Nascimento*

<https://orcid.org/0000-0002-1870-1986>

RESUMO: Nos anos 60, quando noutras colónias eclodiam insurreições, São Tomé e Príncipe pautava-se pelo imobilismo social e político. Dado o controlo das pessoas pelo regime policial, predominava o alheamento da política. O 25 de Abril e, depois, a arvorada “luta” constituíram uma mudança inesperada, não pelo previsível fim do colonialismo, mas pela alteração nas hegemonias locais e consequente mudança, aparentemente radical, de ideários políticos. Estas mudanças não se operaram sem tensões, nomeadamente em torno da independência do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe. Apesar da liberdade decorrente do 25 de Abril, o país nasceu com a imposição de uma hegemonia partidária, baseada, em nome do “povo”, na coação sobre os cidadãos. Neste texto, abordamos os derradeiros anos do colonialismo, o histórico da “luta” e, depois do 25 de Abril, o favorecimento do MLSTP pelas autoridades coloniais demissionárias. Em que medida a conjuntura internacional, a “luta” e as dissensões entre ilhéus após o 25 de Abril

* Investigador Principal com Agregação do Centro de História da Universidade de Lisboa. Licenciado em 1981, Mestre em 1992, Doutor em 2000. Obteve a Agregação em História Contemporânea em 2015. Professor de História de África na Licenciatura em Estudos Africanos e de Mestrado e Doutoramento em História de África na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Coordenador do projeto de publicação de Fontes para a História de África. Autor de artigos em revistas científicas e dos livros: *Poderes e quotidiano nas roças de S. Tomé e Príncipe*; *Desterro e contrato*; *O sul da diáspora*; *A misericórdia na voragem das ilhas*; *Entre o mundo e as ilhas*; *O fim do caminhu longi*; *Vidas de S. Tomé segundo vozes de Soncente*; *Atlas da Lusofonia. São Tomé e Príncipe*; *Histórias da Ilha do Príncipe*; *Desporto em vez de política no São Tomé e Príncipe colonial*; e *As tramas da política e a emancipação do saber histórico*. Coautor de *Ilha de Moçambique e Beira*. Tem como áreas de interesse a história política contemporânea de África e o desporto e lazer em África. Membro da Rede Internacional Desporto e Lazer em África. E-mail: augusto.nasci@edu.ulisboa.pt.

facetaram a independência do arquipélago? Que mudanças se adotaram com a independência? Quer constrangimentos e inércias lhe sobreviveram?

Palavras-chave: São Tomé e Príncipe; Colonialismo; Independência.

ABSTRACT: In the 1960s, while insurrections erupted in other colonies, São Tomé and Príncipe was characterized by social and political immobility. Given the control of the people by the police regime, political alienation prevailed. April 25th and, later, the declared "struggle" constituted an unexpected change, not because of the predictable end of colonialism, but because of the alteration in local hegemonies and the consequent, seemingly radical, change in political ideologies. These changes did not occur without tensions, particularly regarding the independence of the São Tomé and Príncipe Liberation Movement. Despite the freedom resulting from April 25th, the country was born with the imposition of a party hegemony, based, in the name of the "people," on coercion over citizens. In this text, we address the final years of colonialism, the history of the "struggle," and, after April 25th, the favoritism shown to the MLSTP by the resigning colonial authorities. To what extent did the international situation, the "struggle," and the dissensions between islands after April 25th shape the archipelago's independence? What changes were adopted with independence? What constraints and inertias survived?

Keywords: São Tomé e Príncipe; Colonialism; Independence.

RESUMEN: En la década de 1960, mientras estallaban insurrecciones en otras colonias, Santo Tomé y Príncipe se caracterizó por la inmovilidad social y política. Dado el control del pueblo por parte del régimen policial, prevaleció la alienación política. El 25 de Abril y, posteriormente, la "lucha" declarada constituyeron un cambio inesperado, no por el previsible fin del colonialismo, sino por la alteración de las hegemonías locales y el consiguiente, aparentemente radical, cambio en las ideologías políticas. Estos cambios no estuvieron exentos de tensiones, en particular en torno a la independencia del Movimiento de Liberación de Santo Tomé y Príncipe. A pesar de la libertad resultante del 25 de Abril, el país nació con la imposición de una hegemonía partidista, basada, en nombre del "pueblo", en la coerción ciudadana. En este texto, abordamos los últimos años del colonialismo, la historia de la "lucha" y, tras el 25 de abril, el favoritismo mostrado al MLSTP por las autoridades coloniales dimitidas. ¿En qué medida la situación internacional, la "lucha" y las disensiones entre islas tras el 25 de abril influyeron en la independencia del archipiélago? ¿Qué cambios se adoptaron con la independencia? ¿Qué limitaciones e inercias sobrevivieron?

Palabras clave: São Tomé e Príncipe; Colonialismo; Independencia.

Como citar este artigo:

Nascimento, Augusto. "A situação colonial, o 25 de Abril e a independência de São Tomé e Príncipe: revisitar as histórias". *Locus: Revista de História*, 32, n. 1 (2026): 64-87.

A situação colonial, o 25 de Abril e a independência de São Tomé e Príncipe: revisitar as histórias

Após anos de silêncio em que a única versão sobre o caminho para a independência era a ditada no relatório presente à assembleia extraordinária do partido único, Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (doravante, MLSTP), realizada em 1978, desde os anos 90 cresceu a investigação sobre a independência assim como a ulterior trajetória de São Tomé e Príncipe. Hoje é variada a literatura, mormente sobre os meses que a precederam a independência. Restará sempre algo para descobrir e narrar, mas dir-se-ia difícil avançar algo de radicalmente novo.¹

Por ora, aflora uma questão: para além da influência direta dos enunciados do MLSTP sobre as versões surgidas aquando ou pouco depois da independência,² em que medida posteriores abordagens históricas foram contaminadas pelas narrativas do MLSTP? Aventa-se como imperiosa a descolonização do pensamento, mas não será menos importante a desconstrução crítica das inverdades do discurso histórico modelado pelas versões políticas dos supostos intentos emancipatórios (Nascimento 2021)? É certo que se constata a desvalorização das explicações históricas para o atual devir das vidas e para o giro do mundo. Contudo, até hoje, as narrativas históricas de antanho, mais ou menos verdadeiras ou voluntaristas, não deixam de ser um ponto de partida para explicações e juízos equivocados.

Na verdade, permanece em aberto a discussão dos contornos da independência e, bem assim, das mudanças e das continuidades entre o colonialismo e o regime político pós-independência, vividas e sentidas de forma distinta, quando não antagónica, por quem passou a mandar e por quem continuou a ter de obedecer. Não obstante os diversos textos sobre várias facetas do rumo do país (Eyzaguirre 1986; Seibert 1995 e 2001; Ceita 2008), importa problematizar a trajetória após a independência para medir o alcance das mudanças (desejadas?) ou avaliar as inesperadas continuidades a coberto das propaladas mudanças.

Em particular, está por aprofundar a relação entre os eventos da “luta” – que, inventada a destempo contra os colonos, na realidade, foi contra a liberdade de escolha dos são-tomenses – e os rumos, indubitavelmente inesperados e (inconfessadamente) indesejados para parte da população, do país independente.

¹ Cumpre destacar os trabalhos de Gerhard Seibert 1995 e 2001, de Armindo E. Santo 2008, de Carlos E. Santo 2012 e 2015, a que se somam memórias – mormente, as de Carlos Graça 2011, e Pires Veloso 2008, além de dois textos de descrição densa de Augusto Nascimento 2019. Cotejam-se também os testemunhos recolhidos por Laban 2002, e, dentre os publicados posteriormente, o de Filinto Costa Alegre 2010.

² Ver 1ª Assembleia do M. L. S. T. P, 1978.

Em parte, tal sucedeu porque a exaltação com a independência conviveu, quando não se mesclou, com o receio da ação dos putativos dirigentes, em resultado do que se caminhou para a outorga do poder ao MLSTP e se adornou a história: denominou-se de “luta” a militância dos exilados nos arcópagos internacionais, onde se obteve o reconhecimento de representante político do povo à margem da vontade do dito “povo”.

Nalguma medida, falar do processo de independência de há meio século implicará enunciar asserções à primeira vista paradoxais. Por exemplo, não se errará ao dizer que até ao dia 24 de abril de 1974, a maioria dos ilhéus não falava de independência, com que não sonharia. E, todavia, não se incorrerá num erro ao se afirmar que, no dia 12 de julho de 1975, a maioria apoiaria a independência. Porém, tal não quer dizer que todos apoiassem o MLSTP e a respetiva independência.

Antecipemo-lo, as vozes dissonantes acabaram silenciadas e, por isso, se as considerou negligenciáveis. Este processo não teve só implicações no plano político, porque, também a reboque da celebrada unanimidade, se teceu uma narrativa histórica.

Ainda no conjunto das afirmações paradoxais, repise-se que, sem embargo dos tonitruantes lemas panfletários contra o colonialismo e sobre a independência, a “luta” do MLSTP³ e da sua organização frentista – a Associação Cívica Pró-MLSTP⁴ – foi contra o próprio povo.⁵

Se se atender ao contexto da Guerra-fria e às várias decisões políticas na época, as considerações à primeira vista paradoxais ganham algum sentido. A bem da análise, perguntemo-nos se essas afirmações se tornam compreensíveis apenas por causa da ambiguidade do processo

³ Tratava-se de um pequeno grupo de exilados que reivindicava a independência do arquipélago. Em 1961, anunciou-se um Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe. Este grupo cindiu-se em dois em 1965. Em 1972, ultrapassadas divergências pessoais, esse pequeno grupo intitulou-se Movimento de Libertação e, subsequentemente, direção de um movimento que, em rigor, nunca desenvolveu uma constante e notória atividade política, nem tinha expressão nas ilhas. Porém, beneficiou do apoio dos movimentos de libertação das outras colónias portuguesas e, a espaços, do apoio de dirigentes africanos, mormente, de Bongo em 1974.

⁴ Mesmo depois do 25 de Abril de 1974, o pequeno grupo de exilados do MLSTP não se dispôs a retornar ao arquipélago. Na verdade, os exilados não queriam pôr à consideração dos seus conterrâneos quer as suas pessoas enquanto futuros mandantes, quer as suas ideias para a futura governação. Pretendiam negociar a independência, estribados, não no reconhecimento do “povo”, mas no direito dos povos colonizados à independência consagrado nas instâncias internacionais. Acabaram por adotar a sugestão de um governante português de criação uma “frente” que representasse o MLSTP, a Associação Cívica Pró-MLSTP. Esta foi corporizada por jovens estudantes politizados na metrópole, que, em nome do MLSTP, reivindicariam a independência, ao mesmo tempo que impediriam a escolha de qualquer outra moldura política para as ilhas.

⁵ Exemplo da contaminação dos historiadores pelas narrativas emancipatórias e anticoloniais, é interessante que não se tenha concedido a devida importância ao facto de as mudanças políticas se terem traduzido em coação sobre os ilhéus após a independência (décadas depois, Carlos E. Santo abordou com detalhe esse assunto, cf. Santo 2015). Talvez tal coação fosse de somenos para quem de fora exultava com o progresso da humanidade, mas não deixava de ser vexatória para as suas vítimas, na circunstância, não menos são-tomenses do que os verdugos, alguns deles acolitados por estrangeiros, quando não avassalados pelo medo desses estrangeiros.

de independência e pelo desconcerto de vários processos emancipatórios. Ou se, diferentemente, ganham sentido ou, pelo menos, pertinência pelo facto de as políticas do pós-independência não terem revertido as assimetrias coloniais e de as palavras dos independentistas terem significados diversos do que comumente se suporia?

Na realidade, à época, para além de denotarem uma pretensão emancipatória, os lemas e as palavras eram ambíguas. Aliás, a carregar na adjetivação, alvitrar-se-á que as palavras eram mais veículos de duplicidade do que instrumentos de entendimento do mundo e da emancipação, que eram mais veículos de acesso ao poder do que meios de construção de equidade entre os ilhéus.

Não se trata de enunciar juízos imbuídos de despropositado revanchismo, mas poderemos abdicar da dúvida para enunciar hipóteses explicativas do que se passou? Sem prejuízo da simpatia em relação a causas emancipatórias, importa não alijar o sentido crítico inerente a qualquer análise. Por exemplo, perante as políticas postas em prática após a independência, forçosamente emergem questões: quando se ouvia falar de independência, não estariam os dirigentes a falar, sobretudo, do seu futuro poder? Quando se falava de igualdade, a ninguém terá ocorrido pensar em sujeição?

À margem de posicionamentos políticos, parece estultícia não equacionar que o que subjazia às palavras dos dirigentes – para o que a sua consciência, sendo uma questão, importará menos – era a motivação do poder, não do abstrata e supostamente devotado à mudança social reparadora das chagas do colonialismo, mas do que lhes possibilitaria a modelação das vidas das pessoas e, podemo-lo supor, da índole dos concidadãos⁶ em nome de um futuro melhor, tal, afinal, a condição de aceitação e de legitimação do poder.

Na antecâmara do acesso ao poder, pretextou-se desapego face ao dinheiro. A proclamada (e inquestionada, também por ninguém estar em condições de questionar) renúncia ao dinheiro validava as palavras do desapego à riqueza, por que, ao invés, se norteara a exploração e a opressão colonial. Na época da independência, para a juventude que se denominava de revolucionária, existia algo muito mais apaixonante do que o dinheiro. Tal era a capacidade ou a possibilidade que tinham de modelar a natureza dos seus conterrâneos – libertando-os das supostas alienações colonialistas –, intento que justificava que se os privasse de outros desejos e horizontes que não os ditados pela juventude dita de “vanguarda” e revolucionária.

Num plano mais geral, não se trata só de rebater uma visão pelo que continha de teleológica. Por paradoxal que isso pareça, a independência revelou-se, afinal, o gérmen de uma deriva que,

⁶ Como o indica o intento de construção do ‘homem novo’ (Nascimento 2014), num certo sentido, uma prisão. O fito do ‘homem novo’ implicava a adoção de mecanismos de injunção e de contenção das “massas” e de orientação destas para a construção de um futuro ridente.

tentada à luz dos ideais da época, acabou por parecer negar todos os propósitos emancipatórios. Aqueles que se atreveram a predizer o futuro – em nome do qual impuseram uma dominação aos seus concidadãos – enganaram-se rotundamente, não apenas no tocante a consecução das metas económicas que propiciariam o bem-estar prometido aos seus concidadãos, mas também no tocante à inimaginável deliquescência e degradação do ambiente político e institucional.

Logo, tomar pelo valor facial as palavras dos ditos heróis e dirigentes, replicando-as, é como querer contar uma história que deveria ter acontecido⁷, mas que foi diferente. Aqui subjaz uma armadilha, a de ser incapaz de explicar as derivas – as mais das vezes, autoritárias ao invés de emancipatórias – por não se ser capaz de desvelar a duplicidade dos arautos dos lemas anticoloniais, como se, afinal, devêssemos continuar a crer, contra as evidências, numa imaculada evolução da história.

Em suma, são bastos os motivos para reflexões sobre a valia do conhecimento mobilizado para a interpretação da independência de há meio século e, inapelavelmente, da situação atual. Até em razão da relevância da independência, por nada devemos abandonar a reflexão crítica sobre o processo conducente à independência e sobre as respetivas consequências nos tempos subsequentes.⁸

Neste texto, em jeito de breve ensaio, revisitamos os derradeiros anos do colonialismo, o histórico da “luta” e, depois do 25 de Abril, o favorecimento do MLSTP pelas autoridades coloniais demissionárias.

Em que medida a conjuntura internacional, a “luta” e as dissensões entre ilhéus após o 25 de Abril facetaram a independência do arquipélago? Que mudanças se adotaram com a independência? Que constrangimentos e inércias lhe sobreviveram?

Os derradeiros anos do colonialismo

Para a formação da opinião das pessoas no período subsequente ao 25 de Abril – formação de opinião aqui entendida enquanto processo de adesão à independência que, parecendo exaltante,

⁷ Enquanto exemplo da história que deveria ter ocorrido, lembre-se que a quebra de rendimentos foi explicada pelas dificuldades da cotação internacional do cacau em inícios da década de 1980. Porém, não é dito que a queda da produção começara praticamente com a independência.

⁸ Sobre os legados e as continuidades no pós-independência, ver Nascimento 2013.

também era inevitável⁹ – importa entrar em linha de conta com ressentimento calado¹⁰ dos são-tomenses relativamente ao colonialismo, aos vexames implícitos à condição colonial e, também, a episódios odiosos, como o de 1953.¹¹

Em sentido contrário, importa igualmente sopesar as mudanças ocorridas nos derradeiros anos do colonialismo, as quais, implícita, mas automaticamente, se tinham instituído com uma fasquia de um conjunto de ambições a que os ilhéus se tinham passado a julgar com direito.

Relacionadas com o progresso, noção que se tornara consensual e que parecia nortear a evolução das comunidades humanas, o facto de essas mudanças terem ocorrido sobre o colonialismo não as diminuía, ainda que viessem a ser menoscabadas pelos dirigentes¹² que, de forma dúplice, delas usufruíam. A aceitação universal do progresso e do desenvolvimento era, aliás, razão acrescida para se esperar que a política independentista só pudesse ampliar a melhoria das

⁹ Também por isso tal horizonte se impôs como razão maior da adesão dos ilhéus que, adiante-se, não deixaram de permanecer subalternos, pois não seria a mera ausência de preconceitos racistas ou a barragem de lemas revolucionários que preencheriam a cidadania.

¹⁰ Eventualmente, tal ressentimento podia ter-se dissipado, ao menos em parte, dada a possibilidade de os desmandos de 1953 acabarem por ser atribuídos, não a um regime colonial, mas a um indivíduo maldoso, em conformidade com juízos comuns acerca da experiência da condição humana.

Afora a censura da ditadura colonial, a ocultação, em parte, do carácter opressivo do colonialismo podia resultar da ausência de um discurso de contradita à política do colonialismo e à respetiva visão sobre a evolução do arquipélago, que, em rigor, poucos atreveriam a prever fora do quadro do laço com Portugal.

Argumentar-se-á que este raciocínio é especulativo. Ainda assim, talvez valha como hipótese.

¹¹ Em fevereiro de 1953, na sequência de um crescendo de tensão criado pelo voluntarismo do governador Gorgulho, ocorreram perseguições a ilhéus, sobre o falso pretexto de intentarem ações subversivas. Em resultado do que ficou conhecido por “massacre de Batepá”, ocorreram dezenas de mortes. Muitos ilhéus foram presos e sujeitos a torturas, outros deportados. O clima de terror perdurou meses. Quando as autoridades em Lisboa se convenceram do sem fundamento das acusações aos ilhéus, removeram o governador.

A este propósito, repisaria que, sem estudos é muito difícil não ter senão intuições. Não obstante a crueldade colonial alardeada em 1953, não daria por adquirido que a memória de tais desmandos – a que indiretamente aludia a PIDE ao mencionar o feito esquivo dos são-tomenses – ressoasse permanentemente e com a mesma intensidade ao longo dos anos no quotidiano islenho, que mudou no ocaso do colonialismo. É possível até que entre os ilhéus diferenciados – os alvos preferenciais da inominável perseguição do governador Gorgulho – se tivesse esbatido a dimensão traumática desses eventos, que uma evolução voluntariosa da política colonial pretendia fazer esquecer.

Facto de importância a ponderar, em conversa com uma das vítimas, a revolta maior tinha por alvo, não as violências do colono, mas as dos dirigentes independentistas.

¹² É sabido, dada a incapacidade de prover bens básicos, os políticos independentistas vieram a considerar os desejos e as necessidades sedimentados nos anos pregressos como sintomas da alienação a serem alijados pelo ‘homem novo’ em construção. Porém, nada disto fora aventado durante o período de transição, quando a equação era simples, a saber, a de um vindouro bem-estar decorrente da repartição da riqueza até então extorquida pelo colono.

Falava-se em acabar com a exploração do homem pelo homem, mas não se dava a entender – aliás, pareceria um contrassenso que em resultado de uma política igualitária se viesse a passar por provações – que se teria de experimentar a privação de bens básicos.

As circunstâncias da vida quotidiana no pós-independência tornaram-se objeto de considerações em surdina ou à boca pequena. Já no espaço público, o único discurso sobre provações das pessoas era o oficial, veiculado através do único jornal e da oficiosa Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe.

condições de vida no ocaso do colonialismo. No curto espaço de tempo em que se forjara, entre 1974-1975, esta seria a expectativa para a independência.

Qual era a situação nos derradeiros anos do colonialismo? Contra a ideia da prontidão para a insurgência em reação à injustiça, dir-se-á que, quando noutras colónias eclodiam insurreições, São Tomé e Príncipe pautava-se pelo imobilismo social e político, o qual tornava a vida previsível. Naquele exíguo meio social, para além do imobilismo e da acomodação, prevaleceria o medo¹³, devido à presença da polícia política (doravante, PIDE) na sequência dos eventos de 1953.

A ditadura praticamente não precisava de o ser por causa do medo, poderoso modelador dos comportamentos inculcado pela PIDE (Nascimento 2015c)¹⁴. Do controlo do quotidiano das pessoas pelo regime policial resultava a preclara percepção da dificuldade de se empreender qualquer ação política. Qualquer intento de atividade política estava condenado a ser extirpado. Apesar de a PIDE ter em mente as ações da parte dos colonizados, os seus relatórios não atendiam menos à pose (contida) dos europeus, que, no máximo, se mostravam avessos à situação. Em suma, predominavam a acomodação – também por dificuldade de imaginar outra condição – e o alheamento da política¹⁵.

Os elementos do que se poderia considerar uma camada diferenciada de ilhéus não estavam para aventuras políticas e os escassíssimos jovens ilhéus licenciados, por muito que se mostrassem revolucionários em convívios estudantis na metrópole, uma vez regressados à terra esqueciam-se de tais propósitos e também se acomodavam.

Uma exceção, Gastão Torres, não se acomodou. Porém, abandonou a terra e regressou à metrópole, onde, apesar da ditadura, o controlo das suas ações e o eventual desespero com a impotência política seriam menores. Se os mais diferenciados – com a exceção de Alda do Espírito Santo e de Gastão de Alva Torres, além do caso distinto de Agnelo Salvaterra – se davam à duplicidade, como é que os de mais baixa condição social poderiam olhar o mundo de outra forma que não a da aquiescência à condição que tinham por natural?

Evidentemente, havia quem pensasse que o colonialismo ia acabar, mas não por força da ação dos ilhéus, antes por arrasto da evolução noutras colónias. Era o raciocínio certo numa circunstância em que tanto pesava o medo quanto laborava a acomodação.

¹³ Podemos dizer que o medo prevaleceria por força da memória dos eventos de 1953, traduzidos em prisões e mortes de dezenas ou centenas de pessoas. Porém, após a independência, por que razão existiria medo se não pela inculcação do mesmo medo pelo poder independentista?

¹⁴ A PIDE executara as prisões de 1965 em Lisboa e infundia medo.

¹⁵ Na verdade, não se julgava que a política pudesse ser um instrumento de mudança em São Tomé e Príncipe, também por ser difícil imaginar um outro horizonte para o arquipélago.

Não existiu luta estritamente considerada, tão pouco uma contumaz resistência passiva¹⁶ que não ocorreu apenas por ser difícil. Certamente por isso, mas também por os ilhéus não terem por que trocar a sua vida previsível, a que acresceriam melhorias nos derradeiros anos do colonialismo. Tal induzia acomodação¹⁷ que pautou esses anos.

O impacto do 25 de Abril

Antes do 25 de Abril, também por força da vigilância policial, não se falara do destino do arquipélago. Não se equacionava outra hipótese que a da condição colonial, que, ao tempo, não era nomeada, nem sentida por todos como tal. Com o que tinha de mistificação, a “pertença” a Portugal pretendia ser distinta de uma condição colonial. Não se suscitava outra hipótese que não a da pertença a Portugal, também pelas dúvidas referentes à viabilidade económica do arquipélago¹⁸.

Inopinadamente, após o 25 de Abril, a movimentação de rua dos jovens com lemas revolucionários aprendidos no meio universitário em Portugal trouxe uma solução dogmática e pretensamente irreduzível, a da independência “total e completa”, lema que, avenge-se, teria tanto de imperiosa rejeição de neocolonialismo ou neoimperialismo¹⁹ quanto de adoção camuflada da via socialista ou comunista. Aquela rejeição era mais retórica do que política, atentas a relativa insignificância do valor económico em causa e a impossibilidade de tal deriva em função do arrastamento do colonialismo português. Só era política no sentido em que, parecendo eleger um inimigo no exterior – insistentemente referido como ameaça pendente – visava condicionar a liberdade de pensamento e de escolha política dos ilhéus, alguns deles vituperados e anatemizados por alegadamente renegarem o “povo”.

Por entre meias palavras e intentos inconfessados, se antes do 25 de Abril não se discutia a soberania portuguesa, cerca de dois meses depois não se discutia o direito à independência, não se podendo sequer escolher o regime político no pós-independência.

¹⁶ A PIDE equacionava qualquer facto como um possível ato subversivo, menos por receio fundado da ação dos ilhéus do que por zelo policial.

¹⁷ Dificilmente se poderá afirmar que a massiva participação popular nos festejos do V centenário da descoberta das ilhas em 1970 resultou da coação.

¹⁸ Por força desta dúvida, aventou-se a união com um país africano, ocasionalmente apresentada nos anos 60, mas depois abandonada. Provavelmente já nos anos 70, uma ilustre são-tomense terá dito que o arquipélago se poderia juntar a um país africano.

¹⁹ É provável que se argumentasse que se pretendia evitar a repetição dos casos de falhanço na África já independente, onde se perpetuavam das desigualdades económicas e sociais, não raro sob a tutela ditatorial. Não se nega que tal fosse um argumento gerador de um genuíno intento dos independentistas ilhéus. Mas, no arquipélago, o que é que o escorava? E, mais relevante, num ambiente pautado por lemas revolucionários, como separar a intenção de justiça e de igualdade, porventura genuína de vários independentistas, da concentração e manipulação do poder em detrimento dos cidadãos?

O 25 de Abril e, depois, a arvorada “luta” constituíram uma mudança inesperada, não pelo fim do colonialismo – que alguns ilhéus tinham imaginado ou previsto a partir dos eventos no continente –, mas pela alteração nas hegemonias locais e concomitante mudança, aparentemente radical, de ideários políticos e de visões do mundo.

Em meados de junho de 1974, a dita “luta” começou com a mobilização dos estudantes chegados de Lisboa em apoio do MLSTP²⁰. Segundo o credo militante dos jovens portadores da “boa nova”²¹, o direito à independência tinha de resultar de uma luta (Santos 2006)²².

Não existia um nexos causal que fizesse depender o direito à independência da luta por tal fito. Embora segundo os cânones por algum tempo adotados em círculos africanos, o direito à independência devesse ser conquistado pela uma luta²³ – que atestava a aspiração à independência e confirmava o direito –, acabou por se anuir a que a condição arquipelágica impedia da luta armada e, até, de qualquer forma de resistência, de que os ilhéus se apartavam. Os mais diferenciados apostavam na duplicidade, por exemplo, afetando “portuguesismo” na presença do governador. Tal facto não passava despercebido às autoridades coloniais que, reféns da própria duplicidade, se limitavam a registar a dos ilhéus como um comportamento atávico²⁴.

A destempo, mais do que visar derrubar o colonialismo – cujo fim se decidia nas guerras ou em fóruns internacionais em sintonia com lances de maior alcance geopolítico – ou prevenir arquiteturas políticas consideradas neocolonialistas, a “luta” inventada pelos jovens estudantes propunha a agitação contra o pregresso alheamento da política e, de forma inconfessada, intentava criar as bases de implantação de um regime dito revolucionário, de inconfessada vocação comunista.

Afora o efeito de empatia da agitação na metrópole, os jovens promotores da agitação nas ruas da exígua cidade de São Tomé tinham mais fogosidade e traquejo do que os ilhéus agrupados

²⁰ Alega-se que Spínola rejeitou a descolonização. Refere-se que até à lei nº7, de 27 de julho de 74 não havia um pronunciamento ou uma decisão favorável à descolonização. Mesmo depois da aprovação dessa lei nº7, também se poderia aduzir que não se mencionava o caso de São Tomé e Príncipe. Estes argumentos só em parte podem ser arrolados, porquanto, ao tempo, o desenrolar do processo político em Lisboa predizia a inevitabilidade da descolonização.

²¹ Esta foi a expressão usada para anunciar a alteração das circunstâncias da vida política nas ilhas.

²² Almeida Santos relembrou com acerto a exaltação revolucionária.

²³ Por exemplo, este considerando influenciou a produção historiográfica e outra acerca da evolução de São Tomé e Príncipe, mormente nos anos de 1974 e de 1975 e no período subsequente à independência.

²⁴ Após a independência, sob pressão política, muitos ilhéus retornariam à duplicidade no tocante ao apoio aos governantes.

na Frente Popular Livre²⁵ (doravante, FPL), que tenderia a preconizar uma federação ou associação com Portugal²⁶. Note-se, ao tempo, quaisquer decisões políticas mais cautelosas eram entendidas pelos jovens politizados como um compromisso política e eticamente inaceitável com o colonialismo.

Cumpre notar, malgrado a inusitada atitude de desafio às autoridades, a dita “luta” dos jovens apoiantes do MLSTP – que detinha o reconhecimento internacional como organização representativa do povo islenho, o que tinha mais de convencional do que de verdadeiro – só era possível pela antevisão da condescendência da autoridade colonial demissionária. A exaltação causada pelas ações de rua atemorizou e calou os adversários. Não se permitia a expressão de interesses particulares. O interesse individual ou de grupo, que não fosse enquadrável pela crença ideológica do MLSTP ou tolerado pelos dirigentes do MLSTP²⁷, era banido.

Também por estas circunstâncias – e pela contemporização das autoridades portuguesas, de súbito, apoiantes da independência –, tal desígnio passou a constituir uma aspiração para parte substancial da população que, pouco antes, não pensava em política, antes supusera ter nascido e ir morrer portuguesa.

Independentemente de um grupo de exilados reclamar a independência, esta chegou por arrasto e com a assistência do MFA (Oliveira 2014, 540). O 25 de Abril e a visão política emergente na metrópole suscitaram o favorecimento do MLSTP pelas autoridades portuguesas, cumprindo destacar dois vetores, o do pronunciamento dos militares em São Tomé em 1974 pela independência do MLSTP e o do papel do alto-comissário Pires Veloso, apostado em cumprir a

²⁵ A Frente Popular Livre foi criada na ilha de São Tomé após o 25 de Abril de 1974 por um pequeno grupo de ilhéus que desempenhavam cargos de responsabilidade subalterna. Na esteira do imobilismo político das décadas precedentes, terão achado na distinção da sua condição o fundamento para uma ação política moderada, conducente a uma sorte de autonomia do território a acordar com as novas autoridades portuguesas. Chegaram a publicar um pequeno jornal, mas era-lhes impossível deter o ímpeto da exaltante “luta” da juventude estudantil pela independência.

²⁶ Mais recentemente, veio a dizer-se que a FPL era pela independência. Na verdade, tenderia para uma solução federativa e, só depois, se veio a dizer pela independência.

À margem da aparente razoabilidade das cautelas no tocante à viabilidade económica do arquipélago, tem de se sopesar a hipótese de que a solução federativa seria aquela que garantiria àquela pequena elite tradicional uma posição vantajosa, dado o histórico de interlocução com as autoridades coloniais e a sua posição na administração estatal. Porém, esta elite não conseguiu sequer afirmar a sua proeminência, até pelo desinteresse das autoridades coloniais demissionárias. A solução federativa concitava repulsa e os jovens que estavam capazes de asseverar, sem a mínima dúvida, os ganhos infínitos da independência revolucionária.

Porém, tudo se revelaria distante do que se imaginava e ninguém parecia capaz de imaginar o que estava para suceder. Ou, se o imaginava, calava-se por medo do porvir.

²⁷ Alguns indivíduos tornaram-se militantes apenas por se declararem fiéis aos novos mandantes. A condição de militante suspendia qualquer processo judicial em curso contra quem assim fosse declarado.

missão de levar o arquipélago até à independência, norteados, sobretudo, pela preocupação de apaziguamento social e de evitar derramamento de sangue.

Neste ponto, e a respeito de visões históricas em tempo difusas, lembre-se que mesmo perante justificações aparentemente artificiosas, validadas apenas por serem aduzidas pelos atores históricos, se decantou uma narrativa história indiscutida, sintonizada com a versão do MLSTP. Baseados na incerteza política em Lisboa após o 25 de Abril, os do MLSTP aludiam ao perigo em que incorriam se regressassem à sua terra. Não obstante, importa perguntar por que é que o pequeno grupo do MLSTP não foi para São Tomé, nem mesmo após a lei de julho de 1974 ou a chegada de Pires Veloso, quando manifestamente os seus membros já não corriam nenhum perigo de vida?

Na verdade, o MLSTP não receava os efeitos das indecisões em Lisboa, que, afinal, se deveria supor serem de pouco efeito face à propalada disposição para a “luta”. O MLSTP receava que, em São Tomé, o reconhecimento internacional pudesse ser apoucado ou até ignorado pelos adversários políticos – eventualmente, companheiros de criação na rua ou, quiçá, pessoas mais velhas com alguma ascendência local – num confronto aberto e livre de diferentes posições políticas acerca do destino do arquipélago. Evidentemente, poderiam supor que não tal debate não seria assegurado com imparcialidade pela autoridade colonial demissionária. Ora, tal implicava aceitar algo de inconcebível, a saber, que os argumentos em prol da independência pudessem ser menos convincentes do que os de outra solução política. Ou, em alternativa, que os argumentos de manipuladores pudessem sobrepujar os seus, malgrado o facto de serem ditados pelo sentido da história.

O ganho politicamente útil não foi apenas o da imposição dos intentos encobertos do MLSTP, foi o facto de nem sequer se ter aventado ou apresentado qualquer outra possibilidade política. Se aos da FPL ou a quaisquer outros fosse dada a palavra relativamente ao destino do arquipélago, isso poderia relativizar a valia dos argumentos e dos intentos do MLSTP, valia que, em última instância, se apoiava na circunstância de o dito Movimento ter sido reconhecido nos areópagos internacionais como representante do povo islenho. Ora, apesar de enorme, a valia de tal instrumento político-diplomático podia não ter correspondência nos laços entre o grupo, MLSTP, e o dito povo.

A ida, em agosto de 1974, da delegação da FPL a Libreville, onde foi recebida pelos do MLSTP e, mais relevante, por Omar Bongo²⁸, mostrou aos da FPL que estavam sozinhos,

²⁸ Será difícil saber quais as motivações de Omar Bongo, entre as quais poderia contar o ganho de arrolar o apoio a um movimento de libertação, constituído, de resto, por pessoas que tinham estado sujeitas à sua tutela nos anos

porquanto, por entre eventuais equívocos e ambiguidades, até regimes de direita suportavam o MLSTP. O regresso a São Tomé já se fez na convicção da impossibilidade de se oporem ao MLSTP.

Nessa hora, a sua principal figura, Maria do Carmo, anunciou a dissolução da FPL. Com esse anúncio, consumou-se a mudança de ascendência social da débil elite “tradicional”²⁹, grosso modo constituída por funcionários subalternos, para os jovens da Cívica. Aquela pequena elite quedou tolhida perante o facto de a independência acarretar uma até então impensada alteração da hierarquia nas ilhas. Noutros termos, o pequeno grupo de famílias distintas, habituado a uma certa proeminência e acomodado à situação – aventando, se tanto, que a independência cairia de madura, pelo que não valia a pena fazer nada –, veio a ser arredado de qualquer partilha do poder e sujeito a ditames que, proclamados como revolucionários, foram certamente sentidos como vexatórios³⁰.

Noutros termos, o grupo dos ilhéus mais distintos foi ultrapassado pelos jovens que se tinham politizado nas universidades em Portugal e dos que, no exílio, tinham o tirocínio da frequência dos fora internacionais, mormente africanos, tendo obtido por força da conjuntura internacional e de empenhos políticos o reconhecimento de representantes do povo islenho.

A tensão resultante da agitação promovida pela Cívica cessou em março de 1975. Por sugestão e com a ajuda do alto-comissário Pires Veloso, a mise-en-scène de 19 desse mês arredou a fação mais voluntarista do MLSTP, a da Cívica³¹, que desqualificara os da FPL. Tal lance ratificou a entrega de poder ao grupo do MLSTP, supostamente mais moderado. Em rigor, antecipemo-lo,

precedentes. Não deixa de ser irónico que nos anos seguintes à independência, embora sem nunca assim ser enunciado claramente, Bongo fosse tido como uma ameaça. Já depois da independência, Omar Bongo viria a acolher Carlos Graça, ao tempo ministro, fugido do arquipélago para o Gabão, onde se voltou a exilar até ao dealbar do processo de abertura política.

²⁹ Compô-la-iam um círculo restrito de famílias, algumas das quais, sem embargo da acomodação à inexorável condição colonial, tinham memórias das lutas nativistas nas primeiras décadas de noventa.

³⁰ Conversei várias vezes com elementos da FPL, que narraram o desprezo que os jovens lhes votaram. Alegadamente, em Libreville ter-se-lhes-ia dito que se juntassem à Cívica, mas terão sido ignorados, quando não escurraçados por acomodaticios. Nas conversas, transparecia o ressentimento por esta prática, mas também a amargura de terem sido derrotados quando, afinal, estavam certos quanto ao rumo que São Tomé e Príncipe deveria ter tomado naquela época, como provava a circunstância de nenhum dos revolucionários continuar a defender a revolução e de alguns terem admitido, embora à boca pequena, que se deveria ter adotado outra solução política. A tristeza adivinha também do facto de São Tomé ter enveredado por um caminho que em tudo sonegava as promessas da independência. No limite, a tristeza advinha de verem perpetuada a desigualdade, encimada por gente feita dirigente que não deixavam de considerar como política e tecnicamente desqualificada.

³¹ Porém, a diferença atinha-se à oportunidade do voluntarismo jacobino e à disputa – tão imaginada quanto eventualmente possível – entre fações de revolucionários. Todos, na Cívica como no MLSTP, concordavam com o propósito de mudar o modo de vida e a índole dos ilhéus.

Durante anos, a Cívica seria banida da memória dos são-tomenses, não tendo merecido uma palavra no discurso do dia da independência em que se referiu que a mobilização política, através de paralisações de trabalho e de manifestações, teria acelerado a abertura de negociações com o governo português, cf. Costa 1978, I, 67-68.

era ilusória a diferença entre a Cívica e o MLSTP, ambos embrenhados na negação da liberdade dos indivíduos em nome de um processo revolucionário pelo qual se prometia a igualdade.

Graças a circunstâncias históricas particulares – entre as quais, a do desempenho do alto-comissário –, o MLSTP teve a possibilidade de esconder ou mascarar o seu voluntarismo, desdobrado na supressão das liberdades, e a radicalização do seu programa, no essencial, já anunciado pela Cívica.

A contenção – sugerida pelo Alto-Comissário e acatada pelos do MLSTP a partir de abril de 1975, em tandem com a interdição de atividades políticas não autorizadas, em todo o caso, por inúteis porquanto o destino da independência estava traçado – acabou por ser interpretada como prova de maturidade para a assunção de responsabilidades na futura condução do país em contraste com o irrequietismo da juventude da Cívica publicamente humilhada no comício de 19 de março e, subsequentemente, banida.³² Nem todos os são-tomenses terão acreditado na bondade de propósitos dos putativos dirigentes que, numa reviravolta súbita e imprevisível, abominavam o comportamento dos jovens cívicos. Mas não tinham como expressar as suas dúvidas, nem como torná-las num questionamento das políticas futuras.

Quando, após o comício de 19 de março, a acalmia se impôs com o advento de uma independência imposta por um grupo restrito, aceitou-se como inevitável o que nunca se imaginara. O facto de a maioria dos ilhéus nunca ter imaginado o fim da soberania portuguesa laborou em prol da inevitabilidade da solução do MLSTP, confirmada, para não dizer ungida, pelo colonizador demissionário.

O refluxo da agitação foi bem acolhido pela população, que, cansada da exaltação revolucionária, aspirou a que os dirigentes do MLSTP se nortegassem por maior razoabilidade na condução do quotidiano. O grosso da população quis acreditar no uso morigerado da autoridade, afinal, um esteio universal de governo das sociedades.

Assim, por força desta transação forçada – acalmia no dia a dia em troca da independência do MLSTP –, apesar da liberdade decorrente do 25 de Abril, o país nasceu com a imposição de uma ditadura em nome do “povo”, desdobrada na coação sobre os cidadãos.

³² A atuação voluntarista dos jovens da Cívica gerou tensões sociais e criou clivagens entre o governo provisório e o alto-comissário. Perante um *bluff* do alto-comissário – o de abandonar as ilhas –, o secretário-geral do MLSTP resolveu então deslocar-se ao arquipélago para confrontar o alto-comissário e, supostamente, reafirmar a defesa da atuação dos jovens da Cívica. Porém, de um jantar entre o alto-comissário e Pinto da Costa saiu a decisão de realização de um comício para aferir a opinião popular. Devidamente orquestrados, os presentes desqualificaram os da Cívica. Pinto da Costa, entretanto ciente dos riscos para o seu futuro poder, falando na qualidade de secretário-geral do MLSTP, dissolveu a Cívica, humilhando, de caminho, os jovens que tinham pugnado pelo MLSTP.

Num certo sentido, e como sucedera nos casos de disputa de poder no seio ou entre os movimentos de libertação na hora da independência dita nacional, para os do MLSTP, a independência nacional, de todos, importava menos do que a independência, antes denunciada em vão como “familiar”, ou particular, por guindar um pequeno grupo ao poder. Era a independência associada ao poder a que importava ao MLSTP e ao seu “líder”.

Em rigor, o “povo” não creditara os do MLSTP para falar em seu nome. O MLSTP falava em nome do povo em razão de circunstâncias conjunturais e de concertações internacionais. E, todavia, a ter ocorrido uma eleição aberta, certamente os autointitulados dirigentes do MLSTP teriam sido escolhidos para dirigir o país. Porém, não se queriam sujeitar a um veredito popular, que apodavam de alienado, para ulteriormente não terem de lidar com quaisquer precedentes de expressão da vontade popular, que não fossem as suas palavras sobre os verdadeiros interesses do “povo”.

A independência

Aquando da independência, malgrado a alusão à alegria na Praça da Independência, as mudanças não se operaram sem tensões, nomeadamente em torno dos intentos do MLSTP. A (supostamente incontroversa) alegria popular na dita Praça poderia ser o mais rematado desmentido desta hipótese. Contudo, importa ponderar a possibilidade de que tal alegria fosse mais uma das facetas (só aparentemente) paradoxais e contraditórias dos desejos (e apreensões) no tocante à independência. Ou, tão-somente, da aspiração à liberdade, de imediato negada. Afinal, a exaltação com a independência não deveria equivaler a desejar a sujeição a uma nova uma nova ditadura.

Durante anos, embalados pelas menções ao “povo”, os estudiosos não acentuaram o que a independência imposta trazia de divisivo. Apesar da liberdade pressupostamente decorrente do 25 de Abril, o país nasceu com a imposição de uma ditadura, de imediato transmutada na coação, que a maioria das pessoas não queria.

Prosseguiu-se na senda divisiva, decretando-se uma “revolução” com que supostamente se honrava a pregressa “luta” e se almejava superar o subdesenvolvimento legado pelo colonialismo. Contudo, na prática, a “revolução” era uma injunção à obediência.

Por entre meias palavras, inescrutáveis em razão da conjuntura e, sobretudo, do poder, as diretrizes do MLSTP assentavam na privação das liberdades individuais. A despeito da liberdade – tão ampla quanto indefinida – reivindicada nas mensagens anticoloniais, a coberto das alusões à libertação do abominado colonialismo, os do MLSTP erigiram uma dominação política sobre os seus contrerrâneos. As liberdades individuais valiam pouco quando cotejadas com a liberdade do

povo e do território. A libertação do povo colonizado tornava-se num estribo para o acesso a um poder que permitia a dominação dos ex-colonizados pelos novos dirigentes.

Para os dirigentes do MLSTP, a independência representava um corte radical com o passado (Costa 2011, 46), um tempo novo, em razão do que demandavam o apoio dos conterrâneos para a nova política. Na falta de adesão, permitiam-se exigir obediência em nome dos superiores interesses do “povo”.

Ora, contra uma ilação que, ao tempo, dificilmente se rebateria, o ambiente festivo na renomeada Praça da Independência não significaria necessariamente apoio aos estritos intentos do MLSTP ou, noutros termos, que a população almejasse um tempo novo tal qual o entendiam os dirigentes. As intenções destes não estavam necessariamente em sintonia com sentimentos dos são-tomenses, que decerto terão desejado o que se lhes prometia de novo, se, por isso, não tivessem de desdenhar as benesses dos últimos anos do colonialismo. Ora, tais conjecturas eram indizíveis.

Logo, mais decisiva para o curso das vidas do que a troca de hino e de bandeira foi a mudança de políticas protagonizada pelos jovens que acederam ao poder, apostando numa ideologia avessa ao capitalismo e, por consequência, na mobilização contra imaginados devaneios reacionários e derivas neocolonialista e neoimperialistas.

Sem embargo da independência – mudança de vulto que, inspiradora da coesão política e social, deveria a criar a devoção ao trabalho, prescrita na insígnia do país “Unidade, Disciplina e Trabalho” – a trajetória de parte crescente da população foi a de progressiva apartação dos desígnios dos mandantes, que, ao arrepio do palavreado ideológico, vincaram a sua diferença face aos conterrâneos. Substituíram-se os mandantes, mas não forçosamente um mando rígido, malgrados os referentes, o léxico e os lemas antagónicos aos dos colonos. Aliás, não se descarte a ideia de a cristalização da rigidez das relações políticas – expressa no rigoroso protocolo de Estado ou na interdição de pisar o passeio circundante do Palácio dito do Povo – ter a ver com o receio ou até a incapacidade de sustentar um debate sobre as derivas do mundo, razão, já mencionada, para se ter protelado o regresso do exílio durante o período de transição.

Ponderada a vasta amplitude do poder e dos horizontes a rasgar, proclamado o tempo novo, em que medida e por que moldes é que a ação política no pós-independência esteve condicionada pelo legado colonial?³³ A esta pergunta talvez faça sentido antepor os óbices apostos

³³ Esse legado considerado pernicioso foi desvalorizado no momento da independência, quando se quis crer que a adesão das pessoas superaria todos os escolhos. Ora, tal consideração era voluntarista por negar a realidade. Mas era voluntarista para que não se pudesse equacionar a viabilidade económica do arquipélago a partir do momento em que se anunciava uma via revolucionária, em virtude da qual se considerava que nenhum óbice deteria o engajamento e a vontade popular.

pelos próprios governantes. Apesar de mais tarde terem vindo a falar das dificuldades assumidas com a independência, será mais acertado dizer que, imbuídos da sobrançeria ideológica, os dirigentes quiseram confiar na ideia de que governar se basearia na alteração de signos e de denominações indutora de uma supostamente apelativa mudança da índole das pessoas, entrementes não mais alienadas e dispostas a um trabalho esgotante.

Hoje, como ao tempo, surpreende que se tivesse por adquirido que os são-tomenses se devotariam a um trabalho denodado, que supostamente tinham recusado ao colono, apenas por lhes ser indicado pelos dirigentes independentistas, que, tendo desdenhado por paternalistas os conselhos da autoridade colonial demissionária acerca da necessidade de trabalho, acabaram a coagir os seus concidadãos ao trabalho, por vezes denominado de voluntário. Em todo o caso, dada a apriorística razão dos dirigentes, comprovada pela independência e firmada sobre o poder, não se permitia a dúvida sobre a certeza das convicções dos dirigentes.³⁴

Atentas as novas roupagens ideológicas e o ganho da independência, a adesão das “massas” parecia garantida. Segundo a perspetiva voluntarista que tomava as intenções pelas palavras, em razão da mudança de lemas políticos, a ação política deveria ser participada e disseminar-se pela sociedade. Porém, o palavreado revolucionário mascarava a rigidez hierárquica e a supressão das liberdades, previstas nas leis, mas inobservadas, diferidas em nome da urgência da construção da igualdade e das bases de um futuro bem-estar.

Como se disse, mais do que pelo dinheiro, os jovens dirigentes pareciam fascinados pela circunstância de poder modelar a índole dos seus conterrâneos³⁵. Tal importava num regime político menos atido à substância e ao formalismo da lei e mais inclinado à injunção das pessoas à obediência e mais intrusivo da vida pessoais. Aos ilhéus, face a um poder crescentemente discricionário, restavam o escape da adesão dúplice e a fidelidade ou dependência pessoal.

Os novos mandantes beneficiaram do relativo isolamento das ilhas e da aparente falta de alternativa à situação sobrevinda após a independência. O hábito de acatamento da autoridade, decantado por décadas numa sociedade colonial imobilista, serviu aos novos mandantes, sobretudo

³⁴ Os novos dirigentes julgaram as suas demandas – com o seu quê de paternalismo – para maximizar os resultados do labor dos que continuavam a trabalhar nas roças mais eficazes do que os conselhos dos representantes da autoridade colonial demissionária. Apesar das diferenças de ênfase, não fugiam à lógica da injunção e, no limite, de coação, tendencialmente subjacente à relação laboral relativa ao trabalho da terra alheia. Anos depois da independência, por entre ameaças, chegariam as alusões ao desleixo e à indolência, qualificadas de alienação colonialista.

³⁵ Matéria instigante, atento o essencialismo subjacente à hoje corriqueira reclamação de uma identidade irreduzível, cujas implicações não se equacionam com detalhe.

enquanto não faltaram moral e eficácia ao veio autoritário. A ruína económica e a privação generalizada de bens básicos vieram a causar o deslocamento dos intentos repressivos.

Alteraram-se os motes ideológicos³⁶, mas não o conservadorismo dos costumes e o acatamento da autoridade. A soberania não era mais alheia, mas nem por força do fim do colonialismo as vidas se tornariam mais livres, a avaliar, por exemplo, pela menor latitude de decisão própria sobre a vida pessoal.

Notas finais ... por fim, na senda da história do que foi em vez da que deveria ter sido?

Pelo facto de o colonialismo ser odioso teria de se aceitar como benigna a dominação que o substituiu³⁷. Apesar de parecer quase uma blasfémia, a dúvida só assim se afigurará a quem estiver disposto a replicar profissões de fé e a crer nas boas intenções dos militantes independentistas, prescindindo de escrutinar a quase imediata refração dessas intenções, desdobradas em práticas que as contradiziam, instaurando uma nova dominação.

Há décadas, a narrativa socialista – ou o marxismo-leninismo que, na sua versão banal, no arquipélago, se resumia ao credo no partido único³⁸ e à respetiva valia para lograr o desenvolvimento económico ou, quando assim não fosse, para enquadrar as “massas”, isto é, para as manter crenes em futuros ridentes³⁹ – constituía um magma cultural influente por força do abrangente clima de afrontamento geopolítico, abrangência que muitos dos particularismos ideológicos de hoje parecem não querer sequer sopesar. Essa prevalência da narrativa socialista esfumar-se-ia em anos, mas, em meados da década de 1970, era replicada nas interpretações da história e do destino de São Tomé e Príncipe e do mundo. Por causa disso, amiúde narrava-se uma

³⁶ Em jeito de hipótese para ulteriores investigações, assinala-se que, baseada no valor facial das palavras e na condescendência relativa aos objetivos a alcançar, a fé nas intenções dos dirigentes independentistas seria certamente maior entre estrangeiros do que entre os ilhéus. Para o juízo do comum dos ilhéus não era indiferente o conhecimento da personalidade daqueles que os governavam. Já as análises do exterior tendiam a ater-se às palavras e aos resultados, ainda assim adornados pelos argumentos relativos ao ónus da perniciosa herança do colonialismo.

Deixo a nota de que, ao tempo, indagar o curso dos sentimentos era impossível, tanto por a crença ideológica que enfermava as análises vetar por absurda a falta de sintonia entre os dirigentes e o povo recém-libertado, quanto por ser impossível uma inquirição, simples que fosse, da opinião das pessoas. Assim, a fonte de interpretação dos sentimentos populares foi a interação que, a espaços, abriu a oportunidade para a expressão da dissensão ou, tão só, da dúvida.

³⁷ Deixo nota do desconforto de políticos do regime de partido único quando, anos volvidos sobre o seu fim, se o denominava de uma ditadura. Julgo compreender o desconforto suscitado por um juízo alheio, de quem, sendo estrangeiro, não teria autoridade para avaliar tempos em que alguns agiram, segundo criam, em nome do bem do povo.

³⁸ Em termos simplistas, para Michel Cahen, não foi por causa do marxismo-leninismo que se adotou o partido único, antes foi pela necessidade de se ter o partido único enquanto instrumento de dominação que se perfilhou o marxismo-leninismo.

³⁹ A crença no marxismo atinha-se à promessa de nele se fundar um modelo de que supostamente traria maior justiça ainda que à custa de menor liberdade, cf. por exemplo, Gellner 1995, 47.

história anunciada – comprovada, aliás, pelo fim do colonialismo – que inexoravelmente deveria vir a suceder.

Mas não aconteceu.⁴⁰ Aliás, muito do que se prometia ser diferente se manteria igual ou mudaria para pior. Não se gerou um processo revolucionário, antes se decretou uma “revolução”, que, ao invés de suscitar uma efervescência revolucionária, se pretendeu cingida a uma mudança nominal dos fins do homem, conducente ao acatamento da autoridade do novo chefe.

Prevaleceu um jeito de governar – adotou-se um jeito de paternalismo autoritário⁴¹ – que, malgrado as diferenças de léxico, tinha aspetos em comum com a governação colonialista, baseada na autoridade providencial do governador.

Já depois da independência, não obstante a suposta participação das massas nas decisões políticas – em rigor, na encenação da tomada pública de decisões já tomadas –, o exercício relevante da ação política era o do chefe, dito “líder”, pessoa presumidamente sabedora e capaz da condução dos outros, subalternos apesar de nominalmente cidadãos, para cujo bem se presumia que governava e, logo, mandava. Não obstante o aparente antagonismo entre os referenciais ideológicos da situação colonial e os do pós-independência, o paternalismo e a autoridade, que não raro se transmudava em autoritarismo ou em discricionariedade, mantinham-se presentes.⁴²

Sem risco de erro, dir-se-á nos eventos coloniais, no comício de 19 de março de 1975 e nas proclamações e ações dos independentistas, o paternalismo estava presente, nesta última circunstância, de forma evidente, por exemplo, nas alusões à interpretação dos verdadeiros interesses dos trabalhadores pela força dirigente. E quando, em razão da retórica e dos ideais

⁴⁰ Recentemente, a desilusão com a independência ou, mais exatamente, com a usurpação da independência veio a ser tacitamente associada a intentos políticos avessos aos do MLSTP. Como que carreando as queixas de imensa maioria de jovens desapossados de bens e de futuro, tais intentos anunciaram-se como frontalmente contra os “país” da independência. Numa lógica declaradamente litigante, a usurpação das promessas e o descaso pelo povo são, por vezes, enviesadamente lembrados por locuções agressivas e parciais, como, por exemplo, as relativas aos “colonos negros”, com que se insinua, de forma também panfletária, uma outra versão do pós-independência.

⁴¹ Expressão sintética de Michel Cahen na conferência “Do Partido Único ‘Marxista-Leninista’ ao Partido Hegemónico Neoliberal: cinquenta anos de paternalismo autoritário em Angola e Moçambique”, a 11 de novembro de 2025, no ISEG, Lisboa.

Trata-se de uma noção útil para caracterizar a tentativa de condução política, assente na promoção da adesão ao chefe baseada na crença na benignidade dos fins políticos e, embora menos explicitamente, na expectativa de proteção decorrente da lealdade ou da condição de cliente.

⁴² À época, não seria difícil encontrar compreensão nas análises ditas de esquerda sobre tal tipo de condução política, supostamente atinente à construção das nações. Tal visão da esquerda, de alguma forma veiculando uma espécie de fraqueza moral pelos pecados pregressos do colonialismo, tinha o seu quê de paternalista. Aderindo ao valor facial das palavras dos dirigentes independentistas, aceitava-se, com naturalidade, a razoabilidade da proibição de greves em países onde as políticas intentavam criar a igualdade. Tal só era possível, ignorando, em consonância quase apriorística com o palavreado dos dirigentes, a diferença entre os privilégios destes e as provações daqueles a quem se prescrevia como destino continuar a trabalhar e a obedecer.

revolucionários, não devesse ser esta a relação entre os dirigentes revolucionários e o “povo” e, em particular, os trabalhadores, que deviam ser politicamente ativos, não era, em todo o caso, de paternalismo que se tecia a relação entre os novos dirigentes e os governados?

Afinal, e por não se tratar apenas da deriva do arquipélago, talvez importe ponderar que a frequência com que processos de intenções emancipatórias se transmudam em novas dominações é demasiada para se poder imaginar e acalentar como credível qualquer arremedo de teoria emancipatória ou para se prescindir de uma análise crítica dos processos (ditos) de libertação e de intenções emancipatórias.

Sem surpresa, muitas das promessas de emancipação foram esquecidas. Daqui vem a perspectiva de uma história que devia ter acontecido e que elege como objeto de pesquisa enviesada e distorcida as razões pelas quais a história anunciada ou prescrita não se concretizou – aprioristicamente, em razão de um qualquer poder fático –, ainda assim mantendo convicção da certeza das ideologias e dos lemas outrora arvorados.

Não raro, as narrativas enredaram-se nos liames da reverência perante vultos históricos e abdicou-se do escrutínio crítico em nome de putativos ganhos, que, viciosamente, se traduziram em denegações dos processos emancipatórios. Justamente, não raro a troca de princípios e valores pela necessária conquista de um bem maior é o estribo de ulteriores dominações, em gestação no próprio ato emancipatório, como foi o caso da independência de há meio século.

Operou, e ainda opera, um efeito de empatia pelas verdades de conjuntura da independência na análise da trajetória de países recém-libertados, cuja construção se presume em andamento, quando, na verdade, se observa a incessante deterioração da coesão política e social. Não será por acaso que não se estabelece um tempo apropriado à avaliação dos resultados, o que, afinal, não denota senão uma descrença inconfessada. Acresce o facto de, ao menos implicitamente, as promessas terem sido formuladas para o imediato.

Entretanto, a despeito de ilusões e esperanças em futuras correções – desde a adoção da democracia representativa até às imaginadas arquiteturas políticas talhadas para as recém-descobertas idiossincrasias, a que acresce a remanescente fé no virtuosismo de pensamentos de políticos africanos heroicizados – cristalizaram défices políticos e institucionais que não permitem vislumbrar, bem pelo contrário, a reversão dos danos na confiança política e na coesão social.

Ao tempo da independência, era imensa a certeza acerca do futuro e do acerto das soluções políticas adotadas de acordo com o sentido da história. Essa convicção era tanto maior quanto patente era a superficialidade das formulações ideológicas. Entre elas, as dos credos que

dispensavam, por exemplo, considerar a idiossincrasia das pessoas ou do “povo”, que tanto se evocava e em nome do qual tanto se falava.

O caso do arquipélago é interessante por supostamente poder ser isolado – tal a premissa dos dirigentes logo após a independência⁴³ –, à guisa de um experimento laboratorial, porquanto, embora arcando com a dificuldades da insularidade e de escala, beneficiava da inexistência de escolhos observáveis noutros territórios.

A deriva do arquipélago tornou-se particularmente significativa porque, mais do que noutros casos, o processo histórico, poupado a contingências perturbadoras – por exemplo, beneficiava da intentada filtragem de alienantes influências externas –, parecia apenas dependente do denodo militante e da autenticidade revolucionária, a que ninguém, comprometido com o bem do povo, se podia furtar. Ora, induzidos pela sobrançeria outorgada pela ideologia⁴⁴ e movidos pela convicção de residir no desenvolvimento económico a razão da adesão política, os dirigentes cometeram dois erros equiparáveis aos que se imaginam enformar (e enfermar) as análises externas⁴⁵, a saber, ter como inelutável o destino da história de que se consideravam intérpretes e ter, na esteira dos preconceitos coloniais, por retrógrado, ou alienado, o modo de vida dos seus concidadãos.

Seja pelo fosso entre as histórias prescritas e as derivas efetivas das sociedades, seja pela exigência de um olhar mais sofisticado acerca dos liames e das liberdades, por um lado, e das continuidades e mudanças, por outro, será maior a obrigação de refletir sobre as razões pelas quais não se caminhou no sentido apontado, em nome do qual – ao mesmo tempo que se falava do valor supremo da independência – se exigiram sacrifícios às pessoas, a que, sem surpresa e ainda que a despeito da prometida igualdade, os dirigentes se eximiram...

Referências bibliográficas:

1ª Assembleia do M. L. S. T. P. *Relatório do Bureau Político*. s. l.: 1978.

Alegre, Filinto Costa. 2010. “Associação Cívica – Movimento de Libertação”. <http://www.telanon.info/suplemento/entrevista/2010/07/12/4740/associacao-civica-movimento-de-libertacao/>.

⁴³ Na realidade, não muito distinta da presunção de quem do exterior, com arrogância, julgava simples a interpretação e, até, a governação de uma sociedade micro insular.

⁴⁴ Um credo cuja leitura verdadeira era a do oficiante, na circunstância, o chefe, cuja palavra era insuscetível de contradição.

⁴⁵ Ao tempo, dada a indisputada prevalência da ideologia, escasseava o espaço para noções aparentadas à da descolonização do pensamento ou que implicasse, por exemplo, análises segundo abordagens epistemológicas distintas das sugeridas pela luta ideológica e política que pautava o mundo.

- Alva, Leonel Mário de. *O Meu percurso. Génese de uma nação no centro da terra*. s. l.: Rosa de Porcelana, 2024.
- Bondoso, António. *Escravos do paraíso - Vivências de S. Tomé e Príncipe*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2005.
- Ceita, João Guadalupe Viegas de. *O Memórias e sonhos perdidos de um combatente pela libertação e progresso de São Tomé e Príncipe*. s. l.: s. ed, 2012.
- Costa, Manuel Pinto. *Discursos*. São Tomé: Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, 1978.
- Costa, Manuel Pinto. *Terra firme*. Porto: Afrontamento, 2011.
- Cruz, Carlos Benigno. *S. Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência*. Lisboa: Moraes Editores, 1975.
- Esboço histórico das ilhas de S. Tomé e Príncipe. S. Tomé: Imprensa Nacional, 1975.
- Eyzaguirre, Pablo. "Small Farmers and Estates in Sao Tome, West Africa". Tese de doutoramento, Yale University, 1986.
- Fernandes, Manuel Vaz Afonso. "Os imbróglios das transições em S. Tomé e Príncipe 1974-1991". Dissertação de mestrado, Coimbra, Universidade de Coimbra, s. d.
- Gellner, Ernst. *As condições da liberdade*. Lisboa: Gradiva, 1995.
- Graça, Carlos. *Memórias políticas de um nacionalista santomense sui generis*. Lisboa: UNEAS, 2011.
- História das ilhas de S. Tomé e Príncipe. Porto: edição de N. Oliveira, 1974.
- Laban, Michel. *São Tomé e Príncipe. Encontro com escritores*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.
- Medeiros, Tomás. *Quando os cucumbas cantam*. Lisboa: Althum.com, 2016.
- Nascimento, Augusto. "Os dividendos do autoritarismo colonial: o impacto e a manipulação do legado colonial na configuração do pós-independência em São Tomé e Príncipe". Em *Democracia, ditadura. Memória e justiça política*, org. Irene Pimentel e Maria Inácia Rezola, 259-282. Lisboa: Tinta-da-China, 2013.
- Nascimento, Augusto. "São Tomé e Príncipe: pelo trabalho, o homem novo e o socialismo contra os costumes da terra". *Anuário Antropológico*, 40, n. 1 (2014): 133-163.
- Nascimento, Augusto. "A Voz de S. Tomé: romper com a modorra vincando o cinzentismo? (1947-1974)". *Estudos Ibero-Americanos*, 41, n. 1 (2015a): 58-78.
- Nascimento, Augusto. "A inelutável independência ou os (in)esperados ventos de mudança em São Tomé e Príncipe". Em *O Adeus ao Império, 40 anos de independências*, org. Fernando Rosas, M. Machaqueiro e P. Aires Oliveira, 175-190. Nova Vega, 2015b.
- Nascimento, Augusto. "Alda do Espírito Santo: a distinção social, a militância política e a tristeza". *Africana Studia*, n. 24 (2015c): 177-202.
-

Nascimento, Augusto. “A farsa da tropa nativa na transição para a independência em São Tomé e Príncipe”. *TEL. Revista tempo, espaço, linguagem*, 7, n. 2 (2016): 233-273. <http://dx.doi.org/10.5935/2177-6644.20160025>.

Nascimento, Augusto. “O 25 de Abril, a efêmera liberdade e a precocidade do medo em São Tomé e Príncipe”. Em *Depois dos cravos, liberdades e independências*, org. Leandro Pereira Gonçalves e Marçal de Menezes Paredes, 101-156. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2017.

Nascimento, Augusto. *São Tomé e Príncipe. As tramas da política e a emancipação do saber histórico*. São Tomé: BISTP, 2019.

Nascimento, Augusto. “A “luta” e as (in)verdades de conjuntura, a independência de São Tomé e Príncipe e a amputação das liberdades dos são-tomenses”. *Tempo e Argumento*, 13, n. 34 (2021): 1-30. <https://doi.org/10.5965/2175180313342021e0105>.

Oliveira, Pedro Aires. “O ciclo africano”. Em *História da expansão e do império português*, org. João Paulo Oliveira e Costa, José Damião Rodrigues e Pedro Aires Oliveira, 341-545. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.

Santo, Armindo Ceita Espírito. *Economia de S. Tomé e Príncipe entre o regime do partido único e o multipartidarismo*. Lisboa: Edições Colibri, 2008.

Santo, Carlos Espírito. *O nacionalismo político são-tomense*, 2 vols. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

Santo, Carlos Espírito. *A primeira república*, 2 vols. Lisboa: Edições Colibri, 2015.

Santos, António de Almeida. *Quase memórias*, 2 vols. Cruz Quebrada: Casa das Letras / Editorial Notícias, 2006.

Seibert, Gerhard. “A política num micro-estado. São Tomé e Príncipe, ou os conflitos pessoais e políticos na génese dos partidos políticos”. *Lusotopie* (1995): 239-250. <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/seibert.pdf>.

Seibert, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres. Colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega, 2001.

Silva, Otilina. *Cores e sombras de S. Tomé e Príncipe. Ecos da terra do ossobó*. Lisboa: Edições Colibri, 2001.

Silva, Otilina. *São Tomé e Príncipe. Ecos da terra do ossobó*. Lisboa: Edições Colibri, 2004.

Silva, Otilina. *S. Tomé e Príncipe. Ecos de ontem e de hoje*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

Tiny, Carlos. 2015. “O papel da Associação Cívica na luta pela independência”. <http://www.telanon.info/destaques/2015/07/14/19652/o-papel-da-associacao-civica-pro-mlstp-na-luta-pela-independencia/>.

Torres, Gastão. 2012. “Associação Cívica – Pró Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe”. <http://www.telanon.info/suplemento/opinioao/2012/07/05/10767/associacao-civica-pro-movimento-de-libertacao-de-sao-tome-e-principe/>.

Veloso, Pires. *Vice-Rei do norte. Memórias e revelações*. Lisboa: Âncora Editora, 2008.

Young, Crawford. “The end of the post-colonial state in Africa? Reflections on changing Africa political dynamics”. *African Affairs*, 103, n. 410 (2004): 23-49.

Recebido: 28 de fevereiro de 2026

Aprovado: 03 de agosto de 2026